

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

28/09
segunda-feira
18 horas

Sala de reuniões no Anexo do CCJE
(antigo NEI) onde atualmente funciona
o curso de Biblioteconomia

As reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores sindicalizados

PAUTA
1 - Informes;
2 - Homologação dos resultados da Eleição para Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2015-2017, e;
3 - Assuntos Gerais.

TRABALHO

DEBATE

DISCUTE

TERCEIRIZAÇÃO

Página 6

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN
Ano XIV nº 906

Central Sindical e Popular - Conlutas
28 de setembro de 2015

UNIVERSIDADE

PEC CRIA

COBRANÇA

DE CURSOS

Página 2

Depois de pressão, audiência com ministro



AGUERRIDOS.
Grupo de professores ocupa gabinete do ministro, em Brasília

Um grupo de professores ocupou o gabinete do ministro da Educação na tarde de quinta-feira 24, em Brasília (DF). A pressão deu resultado e o MEC agendou para 5 de outubro audiência de representantes do movimento docente com Renato Janine Ribeiro. O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, também prometeu receber os professores nos próximos dias.

Página 8

RECURSOS PÚBLICOS

Samuel Tosta - 22/09/2015



MARIA LUCIA
expõe as
entranhas
da dívida,
observada por
Maria Malta

Dívida sem contrapartida

A característica principal do sistema da dívida pública brasileira é a ausência de contrapartida, sustenta Maria Lucia Fattorelli, coordenadora do Movimento da Auditoria Cidadã da Dívida.

Neste evento que lançou o núcleo da auditoria cidadã na universidade, a pró-reitora de Extensão, Maria Malta, estimou em mais de R\$ 300 milhões o rombo orçamentário na UFRJ.

Páginas 3, 4 e 5

SEGUNDA PÁGINA

Aprovado parecer da PEC de cobrança no ensino público

Proposta ainda vai a plenário

A tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 395/2014, que busca legalizar a cobrança de mensalidade para algumas modalidades (cursos de extensão e pós-graduação lato sensu) nas Instituições de Ensino Superior Público avançou no sentido da mercantilização da educação. O relatório apresentado — e aprovado em comissão especial no último dia 24 — pelo deputado Cleber Verde (PRB-MA) propôs a in-

clusão de mestrado profissional entre as possibilidades que poderão ter oferta não gratuita.

Para Olgaíses Maués, 2ª vice-presidente da Regional Norte II do Andes-SN e integrante da coordenação do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Sindicato Nacional, o texto confere uma falsa autonomia às instituições: “A mudança na Constituição não impõe que seja cobrado. Mas sabemos que é um artifício muito comum a esse governo e que o Congresso Nacional também segue. Por exemplo, o Reuni era feito por adesão. Mas

aquelas instituições que não aderiam eram penalizadas, porque não recebiam recursos. Então, a mesma coisa deve valer para o ‘facultado’ nesse caso. De fato, esses cursos serão pagos, pois será aberta a possibilidade”, explica.

A diretora do Andes-SN alerta ainda para a possibilidade de um movimento que pressione as instituições a condicionar a abertura de novas turmas à autossustentação, por meio de arrecadação com a cobrança de mensalidades: “Começa com a especialização, já abrindo para o mes-

trado profissional, e sabemos que isso é o início de algo que está posto para a educação superior como sendo um serviço, dentro da concepção da Organização Mundial do Comércio, e desta forma a sua prestação deve ser cobrada”, avalia Olgaíses.

Tramitação

Depois da aprovação em comissão especial do último dia 24, a proposta ainda deverá ser votada em dois turnos pelo plenário da Câmara, antes de ir ao Senado. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufjrj-SSind)

Mudança no artigo 206 da Constituição

A PEC 395/2014 altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Confira a mudança:

Art. 1º O artigo 206 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 206

IV – gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, salvo, na educação superior, para os cursos de extensão, de pós - gradua-

ção lato sensu e de mestrado profissional, exceções para as quais se faculte sua oferta não gratuita, respeitada a autonomia universitária.

§ 1º

§ 2º A ressalva do inciso IV deste art. 206 referente aos cursos de pós - graduação lato sensu e de mestrado profissional não se aplica a programas de residência e de formação de profissionais na área de ensino.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.”

■ CULTURA

O drama dos imigrantes

Peça teatral oferece desconto aos sindicalizados da Adufjrj-SSind

Samantha Su
Estagiária e Redação

A história de dois imigrantes italianos injustamente condenados à morte nos Estados Unidos do início do século XX será contada em uma peça teatral, na zona portuária do Rio, a partir de 3 de outubro.

O sapateiro Nicola Sacco e o peixeiro Bartolomeu Vanzetti foram acusados pelos assassinos de um contador e do guarda de uma fábrica. E, mesmo após a confissão do crime por outro homem em 1925, os dois foram condenados, sem provas, à morte e executados na cadeira elétrica em 1927. O fato gerou intensas mobilizações na época. Somente em 1977, o governo do estado de Massachusetts admitiu



A peça estará em cartaz de sexta a domingo (de 3/10 a 15/11)

o erro do julgamento.

De acordo com a assessoria da Companhia Espaço Aberto, que promove a peça, o tema é atual e dialoga com o medo e o preconceito ainda presentes nas fronteiras da Europa: “O temor faz demonizar o outro e criar um clima propício para a perseguição. No lugar do Estado garantidor de direitos, o Es-

tado violador de direitos”.

A peça estará em cartaz de sexta a domingo (de 3/10 a 15/11), a partir das 19h, e oferece desconto para os sindicalizados da Adufjrj-SSind. É preciso apresentar um documento que comprove a sindicalização na bilheteria. O endereço é: Armazém da Utopia - Av. Rodrigues Alves, Armazém 6 -

Cais do Porto. O ingresso custa R\$ 40 (com desconto sindical, R\$ 15), durante toda a temporada. Os professores que levaram grupos, agendados antecipadamente, garantem descontos aos alunos e não pagam a entrada.

Mais informações com a Companhia Ensaio Aberto: 2253-8726/2516-4893.

Plantões jurídicos às sextas-feiras

Os plantões jurídicos da Adufjrj-SSind, além das quartas-feiras, ocorrem também às sextas-feiras (de 15 em 15 dias). Os próximos atendimentos deste dia estão marcados para 2 de outubro, 16 de outubro e 30 de outubro, sempre de 10h às 13h. Para marcar um horário, basta ligar para a Secretaria da Seção Sindical (2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368).

Universidade e Sociedade: prazo é 30/10

Até 30 de outubro é o prazo de envio de artigos para a edição 57 da Revista Universidade e Sociedade — publicação quadrimestral do Andes-SN. O tema deste número, definido pela diretoria do Andes-SN, será “As lutas sociais ante a agenda do capital”. A revista será lançada durante o 35º Congresso do Sindicato, em janeiro de 2016, na cidade de Curitiba (PR).

Os artigos enviados para o periódico, pelo endereço eletrônico revista.andes@andes.org.br, deverão obedecer às instruções disponíveis em www.andes.org.br.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufjrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureiro: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvania Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcy de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunicacao@adufjrj.org.br Cadernos Adufjrj: revista@adufjrj.org.br Diretoria: diretorio@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufjrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PÁTRIA EDUCADORA?!

Samuel Tosta - 22/09/2015

Só a terceirização deve consumir 42% dos recursos

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O custeio total da universidade previsto para 2015 era R\$ 379,7 milhões, mas chegará a R\$ 620 milhões. Já as despesas de capital projetadas em R\$ 58,7 milhões foram revistas para R\$ 76,7 milhões. Ou seja, há um total de R\$ 258,3 milhões negativos. O quadro é agravado ainda pela infame “dívida” de 2014: R\$ 70,1 milhões contingenciados pelo governo federal (veja quadro nesta página).

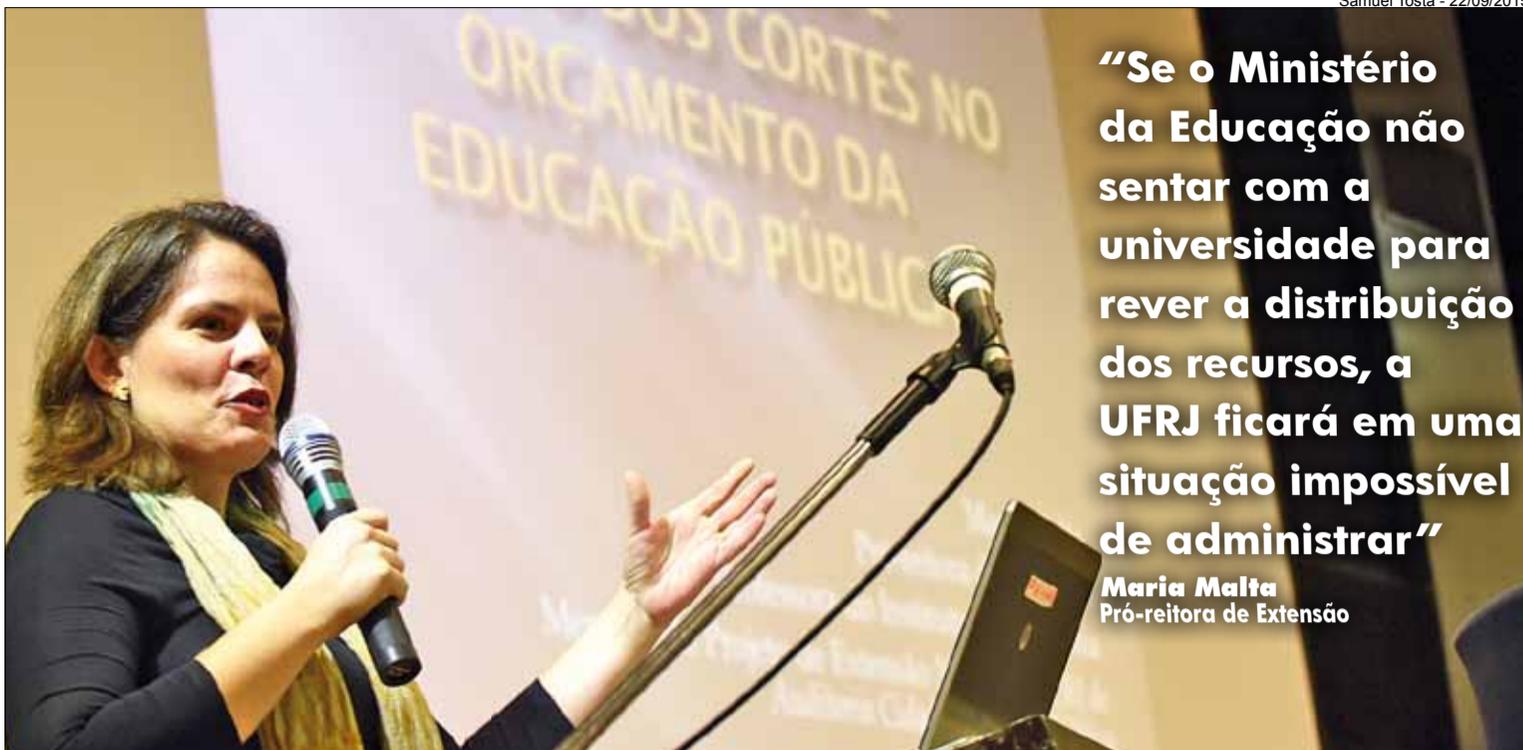
“Sem considerar os cortes anunciados (10% custeio e 50% capital), mas ainda não formalizados, para a universidade em 2015, fecharíamos o ano com um rombo de R\$ 328.546.783,56”, destaca a pró-reitora de Extensão, Maria Malta. “Considerando que já estamos em setembro, equivale a dizer que, se o Ministério da Educação não sentar com a universidade para rever a distribuição dos recursos, a UFRJ ficará em uma situação impossível de administrar”, advertiu.

Os números foram apresentados durante o lançamento do Núcleo da UFRJ de Auditoria Cidadã da Dívida Pública — vinculado à Pró-reitoria de Extensão —, dia 22, no Quinhentão (CCS). Coube a Maria Malta utilizar o exemplo das contas da universidade para discutir as prioridades nos gastos públicos nacionais.

A pró-reitora falou, por exemplo, sobre o subfinanciamento dos cursos criados a partir do Reuni. “Não existe expansão de qualidade com menos do que 20% de investimento. Um orçamento de 13,4% significa uma expansão precarizada”. A dirigente criticou ainda o impacto do mais recente pacote de ajuste anunciado “A combinação do corte do abono permanência com o fim dos concursos será desastrosa para universidade. Essa mão de obra sai, levando com ela todo o conhecimento acumulado por anos. Nós sabemos que, em relação à universidade, a questão da substituição de pessoal qualificado não é algo simples”.

O enorme peso da terceirização

De acordo com orçamento da UFRJ para 2015, os serviços terceirizados (vigilância, limpeza, manutenção, inclusive extraquadros dos Hospitais Universitários) abocanhariam 32,4% dos recursos da universidade. Mas com os ajustes por conta das revisões contratuais e do contingenciamento (isto é, não repasse) do governo, ainda



“Se o Ministério da Educação não sentar com a universidade para rever a distribuição dos recursos, a UFRJ ficará em uma situação impossível de administrar”

Maria Malta
Pró-reitora de Extensão

Orçamento muito curto

Durante lançamento do Núcleo da UFRJ de Auditoria Cidadã da Dívida Pública, pró-reitora apresenta os números preocupantes da universidade neste ano: a previsão é de um rombo de mais de R\$ 300 milhões

em 2014, dos já mencionados R\$ 70 milhões, a previsão hoje é esta parte consumir 42,7% do orçamento da universidade até o fim do ano.

“Uma parte significativa, cerca de um terço, do nosso orçamento se destina à terceirização”, alertou. O detalhe é que o grosso de tais contratos diz respeito a serviços de manutenção. “O que houve foi a retirada de parte dos trabalhadores da universidade da folha de pessoal para serem colocados nas despesas de custeio”, explicou. “Aquilo que corresponde ao que realmente deveria ser terceirizado, como ocasionais contratações ou alugueis de equipamentos para eventos e coisas do tipo, aparece em

sétimo lugar nos gastos como ‘outros serviços de terceiros’”, observou.

Na escala decrescente das grandes despesas de custeio da universidade, está a assistência estudantil, com a qual estavam previstos gastos de 17,3% do orçamento. No atual déficit das contas da UFRJ (ainda sem registrar os anunciados cortes de 2015), o percentual cai para 6,5%. Serviços de rede (energia elétrica, telefonia, água etc), que, segundo a pró-reitora, se justificam pelo porte da UFRJ, vêm em terceiro lugar. Contudo, a previsão inicial de gasto de 12,5% do orçamento ficou distante da realidade praticada pela universidade, que já indica a necessidade de 23,5% dos recursos.

Inversão das finalidades

Maria Malta chama atenção para as inversões impostas por uma política de enxugamento de investimento social: “Ações acadêmicas que deveriam ser nosso principal gasto de custeio aparecem em quinto lugar no nosso planejamento”, destacou. O percentual orçamentário de 6,5% já cai para 1,8%. “E as tais diárias e passagens, pelas quais os professores são tão comumente acusados de gastos, correspondem a um percentual ínfimo”: 1% na previsão para 2015 e 0,5% na mais recente projeção do ano. “Certamente, não são o problema para o orçamento da universidade”.

Tipo de despesa	Orçamento sem Contingenciamento (R\$)	Despesa Contratada (R\$)	Déficit previsto (R\$)
Custeio total	379.698.500,92	620.021.309,97	-240.322.809,05
Capital total	58.709.456,00	76.781.264,51	-18.071.808,51
Total Geral	438.407.956,92	696.802.574,48	-258.394.617,56
Contingenciamento custeio	37.262.952,00		
Contingenciamento capital	32.889.214,00		
Contingenciamento total	70.152.166,00		-328.546.783,56

Adufrj-SSind apoia Núcleo

A Seção Sindical dos Docentes apoiou a realização do debate e a formação do Núcleo da UFRJ de Auditoria Cidadã da Dívida Pública. A diretora Cleusa Santos saudou a iniciativa, “é preciso dizer o quão significativo e importante é ver a nova gestão da reitoria discutindo um tema candente para o povo brasileiro e, particularmente, para a Academia como este”. Cleusa frisou que o Sindicato Nacional acompanha desde 2000 a campanha pela auditoria cidadã da dívida. “Esta é uma frente fundamental e que deve ser fortalecida por todos nós”.

A decana do Centro de Ciências da Saúde, Maria Fernanda Quintela, também se manifestou: “Este pacote de medidas anunciadas afeta o funcionalismo como um todo e a universidade não está à parte. É uma grande discussão e, ao mesmo tempo, um grande desafio”, avaliou.

Pressão no governo

Integrante do Núcleo, o professor Nelson Souza e Silva disse que a iniciativa tem como objetivo pressionar o governo pelo cumprimento constitucional da realização de uma auditoria (veja quadro na página 5). Neste sentido, seria envolvido o setor da extensão universitária na produção de materiais explicativos e campanha junto à população: “Um povo que não lê sua Constituição está fadado a ser dominado por oligarquias”, argumentou. Outra meta é “expandir a formação de núcleos para as demais federais do Rio de Janeiro”. Durante o evento, foram cadastradas pessoas interessadas em participar do núcleo.

BRASIL

O custo social da dívida

Durante palestra na UFRJ, Maria Lucia Fattorelli, uma das maiores autoridades no mundo em endividamento público, falou sobre o sistema extorsivo de juros da dívida pública e seu impacto nas áreas sociais

Economista também atacou o mentiroso déficit da Previdência

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A crise atual é seletiva e não atinge todos os setores: “As universidades estão em crise, a indústria está em crise e gerando enorme taxa de desemprego. Por outro lado, bancos lucraram mais de R\$ 80 bilhões e, neste ano, já anunciaram um aumento de mais de 15% sobre o valor do ano passado. É evidente que se trata de uma transferência de recursos para o sistema financeiro privado. O dinheiro que está faltando para os serviços sociais está sendo destinado aos bancos”.

Foi o que Maria Lucia Fattorelli, auditora da Receita Federal e coordenadora do Movimento Auditoria Cidadã da Dívida, declarou ao público do auditório Quinhentão (CCS), no último dia 22. Ela foi a convidada especial do lançamento do Núcleo Pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública da UFRJ (leia mais na página 3 desta edição).

A economista desmistificou a dívida e alertou sobre as manobras realizadas pelo sistema financeiro para auferir cada vez mais lucro. “A dívida pode ser boa. Ela pode ser um veículo para completar os recursos para investimentos em direitos sociais de um país. Mas não é isso que acontece no Brasil e em outros países no mundo. Em vez disso, a dívida se transforma numa engrenagem que continuamente sangra os recursos públicos”, disse.

Um dos exemplos dados por Fattorelli é a celebração de contratos “swap”. Trata-se de acordos firmados entre o Banco Central e entes privados que impõem ao BC arcar com toda a variação cambial do período. Exemplo: para evitar que o dólar se valorize, o BC emite um título para os bancos investidores. Caso a moeda suba, é o Banco Central que paga a esses investidores a diferença cambial. “O BC teve um prejuízo, nos últimos 11 meses, de R\$ 158 bilhões neste tipo de transação. Para cobrir a dívida gerada, o Tesouro Nacional emitiu títulos da dívida pública e então o Banco Central pagou o que devia. O Brasil não recebeu nada deste dinheiro. Ninguém fala destes mecanismos”.

A reboque da dívida gera-



Fattorelli:
“Se o gestor público deixa uma pessoa morrer na fila do hospital, isto não é considerado crime, mas se deixa de pagar os juros da dívida pública, ele vai preso”

da, uma série de ações é posta em prática (ou estudada) para levantar mais fundos para a transferência dos recursos aos bancos: “Foram privatizados 25% da Petrobras Distribuidora. Já se discute a abertura de capital da Caixa Econômica Federal. E voltou o discurso pela independência do Banco Central”.

Bancos “comem” tudo

A Lei de Responsabilidade Fiscal e algumas medidas provisórias foram criadas para beneficiar o sistema da dívida pública brasileira e o pagamento dos juros. Conforme aponta Fattorelli, tudo que “sobra” de despesas não realizadas no orçamento da União, a Desvinculação de Receita da União (DRU) e até mesmo a renda gerada pela venda de estatais vão exclusivamente para o pagamento de juros. “E também os pagamentos de dívidas de estados e municípios à União, os lucros das estatais, os cortes gerados nas áreas sociais, o que se deixa de gastar a partir do congelamento dos salários dos servidores... Tudo, absolutamente tudo isso, é destinado ao pagamento de juros da dívi-

da pública”.

Entra nessa conta, ainda, o dinheiro que sobra da Previdência Social. “Ano passado, sobraram R\$ 53 bilhões. Em 2013, R\$ 71 bilhões. O que se diz sobre o rombo da Previdência é mentiroso. O financiamento da seguridade social é composto pelo INSS pago pelos contribuintes e empresas, pela Cofins (que incide sobre o faturamento das empresas) e a contribuição social pelo lucro líquido das empresas. Quando fazem a fraudulenta conta do ‘rombo’ da Previdência, só levam em consideração o descontado nas folhas de pagamento dos trabalhadores e o valor pago pela Previdência. As outras fontes de financiamento são desconsideradas. Os aposentados não são os responsáveis pelo suposto rombo, mas os juros da dívida”.

Conta paga pelos trabalhadores

O remédio para a crise, apontado pelo governo e pelo capital, é sobrecarregar aqueles que já sofrem com a maior parte dos tributos: os trabalhadores. Conforme aponta Fattorelli, não está na agenda

política e midiática um projeto para taxar as grandes fortunas. “Se fossem cobrados 5% sobre as fortunas superiores a R\$ 50 milhões, seriam gerados R\$ 90 bilhões de receita anual. Isto equivale a três vezes o valor do déficit orçamentário federal anunciado para o ano que vem. Mas isso não entra na pauta”, critica.

A recriação da CPMF, na avaliação da economista, será mais uma forma de taxar os trabalhadores. “Aumentam os preços dos alimentos, o preço da passagem e tudo o que os mais pobres consomem, porque o imposto é repassado”.

Sem contrapartida

A principal característica desse sistema da dívida pública brasileira é a ausência de contrapartida, segundo Maria Lucia Fattorelli. “O ônus é gerado sem que o país receba dinheiro por ter contraído a dívida. O capital nacional e o capital internacional saem como grandes beneficiários. O Estado brasileiro não recebe esse dinheiro”.

Na opinião da especialista em dívida pública, as “engrenagens” que formam o atu-

“
A dívida se transforma numa engrenagem que continuamente sangra os recursos públicos

”

“
Se fossem cobrados 5% sobre as fortunas superiores a R\$ 50 milhões, seriam gerados R\$ 90 bilhões de receita anual

”

al sistema da dívida pública brasileira são: o modelo econômico que persegue metas “estéreis”, como taxa de inflação, juros etc.; os privilégios financeiros dos bancos; o sistema legal que, por meio de ajustes feitos na legislação, permitem esses privilégios; o sistema político, financiado principalmente pelos bancos; a corrupção institucionalizada no sistema da dívida; a mídia corporativa, que é fortemente controlada por quem paga os anúncios e por quem controla os editoriais.

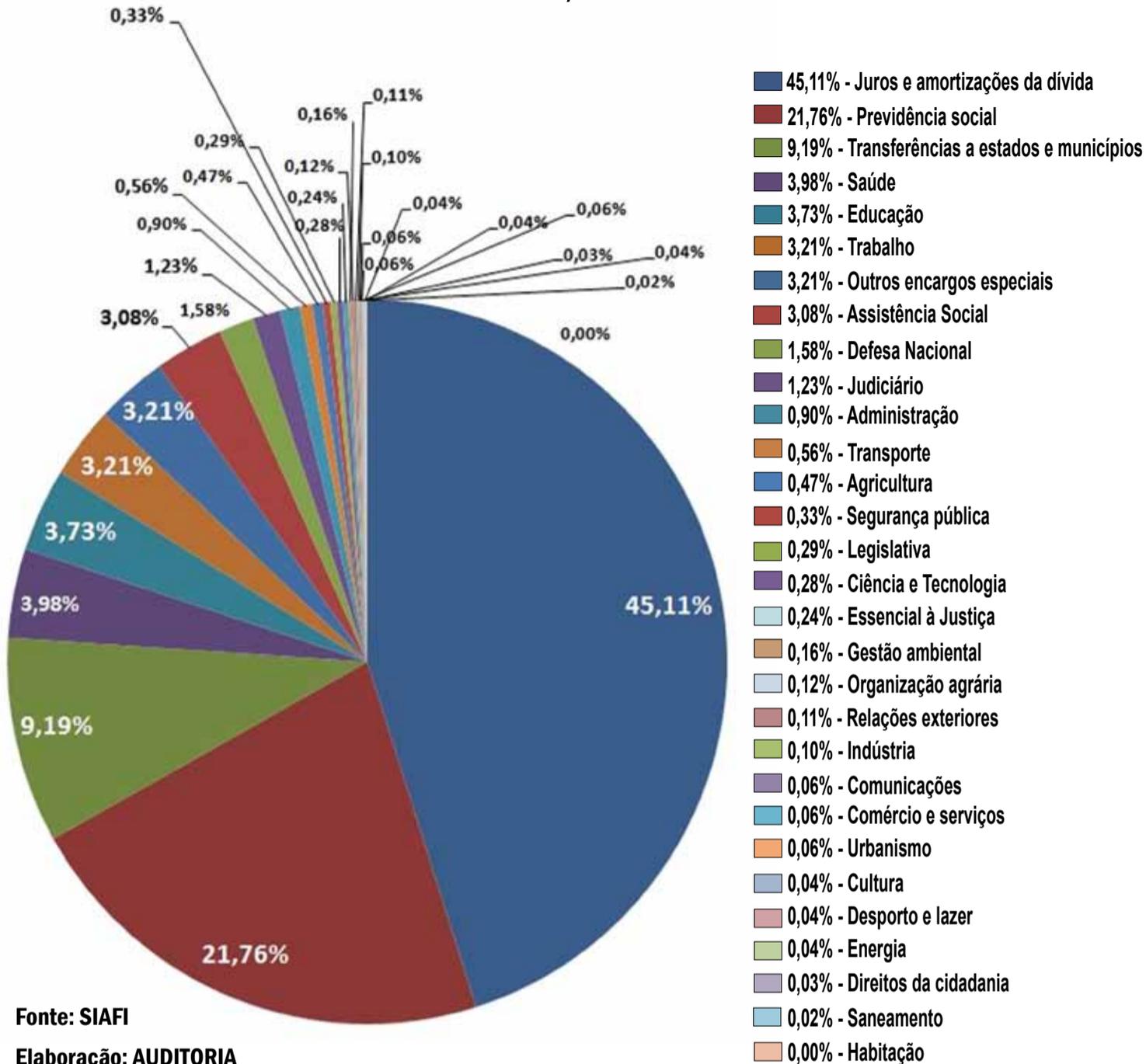
Este grande sistema, de acordo com a economista, é a raiz da atual crise pela qual passam o Brasil e outros países. “Os juros sobre juros pagos pelo Tesouro equivalem, diariamente, a mais de 21 mensalões. Sim, esta é uma conta diária. É dinheiro que serve exclusivamente para o capital privado. Se o gestor público deixa uma pessoa morrer na fila do hospital, isto não é considerado crime, mas se deixa de pagar os juros da dívida pública, ele vai preso. É este sistema repercute internamente, nos estados e municípios”, disse Fattorelli.

Fotos: Samuel Tosta - 22/09/2015

BRASIL

Orçamento geral da União 2014 (executado)

Total = R\$ 2,168 trilhões



Fonte: SIAFI

Elaboração: AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

CPI de 2010 já apontava irregularidades

Apesar de prevista na Constituição Federal de 1988 e de a população ter dito sim no Plebiscito sobre a auditoria da dívida brasileira, em 2000, até hoje os sucessivos governos não realizaram essa auditoria. Houve a montagem de uma CPI em 2009, da qual Maria Lucia Fattorelli participou. O relatório entregue em maio de 2010 apontava inúmeras irregularidades no sistema da dívida brasileira. Esse documento foi encaminhado ao Ministério Público Federal.



O que se diz sobre o rombo da Previdência é mentiroso



O paradoxo

Somos a sétima maior economia do mundo, mas temos a pior distribuição de renda do mundo. Os números apresentados pela Receita Federal este ano mostram que apenas meio por cento da população brasileira detém 30% da renda total do país e 43% do patrimônio declarado no Imposto de Renda. “Estamos em penúltimo lugar no ranking da educação, em 128º no ranking do crescimento econômico. Tudo isso é resultado dessa política extorsiva de juros”.

Números exorbitantes

A dívida interna do Brasil passa de R\$ 3,5 trilhões atualmente. A externa, US\$ 554 bilhões (que correspondem a R\$ 2,2 trilhões, considerando o dólar a R\$ 4). O crescimento abusivo da taxa de juros, com destaque para a Selic, foi de 30% somente das eleições para cá. Os títulos negociados ultrapassam os 15,5% em juros. Juros de mercado são da ordem de 200%. Os do cheque especial, mais de 300%. Os do cartão de crédito chega a quase 400% anuais. “Ainda é possível, se tivermos um presidente estadista de fato, acabarmos com a atual política monetária. Mas, se o BC se tornar independente, não haverá mais forma de controlar essas transações”, afirmou.



Bom público acompanhou a palestra no auditório Quinhentão (CCS)

Terceirização cada vez mais ameaça o serviço público

Debate realizado na Praia Vermelha aponta necessidade de mobilizar contra esta forma de contratação

Pacote do governo pode estimular precarização do trabalho

Samantha Su
Estagiária e Redação

Combater a precarização do trabalho imposta pelo processo de terceirização foi a tônica de uma palestra da professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social da UFRJ, no último dia 18. Na ocasião, também foi exposto o crescimento do interesse neoliberal na atual flexibilização das leis trabalhistas: “Quando começava a terceirização (no serviço público), sabíamos que não haveria economia para o Estado, mas nossa crítica era só uma profecia; se hoje sofremos, por outro lado, temos os dados, temos a prova grave de que não deu certo e podemos reivindicar, juntos, a extinção dessa prática”, afirmou Granemann.

Porém, diante do ajuste fiscal promovido pelos governos (federal, estaduais e municipais), existe o receio de que esta forma de contratação se aprofunde no funcionalismo. Um dos exemplos dados durante a discussão foi o recente pacote que propõe o fim do abono de permanência para mais de 100 mil servidores públicos federais. A situação pode provocar uma corrida às aposentadorias e, por consequência, aumentar o número de contratações via terceirização: “Teremos tempos difíceis pela frente. Talvez a mobilização só aconteça daqui a um ano quando Organizações Sociais já estiverem contratando professores terceirizados. É preciso continuar na luta. Que se reconheça a necessidade dos trabalhadores terceirizados como nossa”.

A professora também desconstruiu a ideia de diferença entre os trabalhadores na universidade: “É uma mentira que estejamos divididos em atividades-meio e atividades-fim. Isso é algo que nos contam para que a gente não sinta que devemos enxergar o outro. Já obtivemos o conhecimento de que, se o banheiro daqui do Serviço Social, por exemplo, ficar mais de duas horas sem revisão da limpeza, ele já pode ser enquadrado como problema sanitário e seria



Albedo
Samuel Tosta - 14/05/2015

necessário trancá-lo. Então não sou eu que vou dizer que o meu trabalho é necessário porque ele é a finalidade da universidade pública. A finalidade da universidade é garantir direitos e prestar serviço público, tanto para a trabalhadora Sara, quanto para a trabalhadora Terezinha e assim por diante”, afirmou.

Sara Granemann atacou o argumento de que a terceirização é uma forma mais barata de contratação para a universidade, que sofre com cortes de verbas. Ela disse que, se a UFRJ pagasse dois salários mínimos aos terceirizados com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e INSS, em contratação via CLT, ainda assim iria gastar a metade do que gasta em seus contratos com empresas terceirizadas hoje.

Eliminar a exploração da UFRJ

O debate contou, ainda, com a professora Tatiana Brettas, também do Serviço Social. Ela reforçou que o trabalhador terceirizado, em média, ganha até 30% menos que um contratado via CLT: “É por isso que temos o desafio crescente de focar nosso objetivo por uma universidade mantenedora de direitos, pública, gratuita e de qualida-



Samuel Tosta - 31/07/2015



Coletivo contra a terceirização

O debate, na Escola de Serviço Social, foi realizado pela Comissão Estudantil de Articulação com os Trabalhadores Terceirizados. O coletivo, criado durante a última greve do segmento, mobiliza contra a terceirização e procura novos militantes, inclusive entre professores e técnicos, para formar uma instância mais ampla: “O grupo cresceu desenvolvendo estas atividades; o debate foi a primeira totalmente aberta. Buscamos consolidar autogestões; por isso, a comissão de alunos é uma coisa; o conjunto de trabalhadores é outra; a ATTUFRJ em suas disputas políticas também, e o Comitê que está surgindo será uma espécie de espaço comum destas pessoas na luta”, explicou Kadu Barros, estudante de Comunicação da UFRJ e integrante da Comissão Estudantil.

Saúde x terceirização

Professor da Psicologia, João Batista apresentou, no debate, um projeto já em andamento para estudar os riscos à saúde mental decorrentes da terceirização.

“Quem se coloca a favor da terceirização é a favor da escravidão”

“Terezinha da Costa
Diretora da associação dos terceirizados da UFRJ

“Que se reconheça a necessidade dos trabalhadores terceirizados como nossa

“Sara Granemann
Professora da ESS-UFRJ

de, que não colabore com esse tipo de exploração”, enfatizou. “Não há como pensar numa terceirização decente, que garanta direitos, porque é absolutamente impossível a terceirização servir à classe trabalhadora”, completou Brettas.

Terezinha da Costa, diretora da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), fez parte da mesa: “Quem se coloca a favor da terceirização é a favor da escravidão. Muitos colegas meus perguntam o que será de nós se a terceirização acabar e eu respondo que teremos direito, pela primeira vez, a trabalhar de modo digno. Lutar contra a terceirização não é lutar contra seu próprio emprego; muito pelo contrário, é garanti-lo”, pontuou.

Em diálogo com a reitoria

Waldinéa Nascimento, outra diretora da ATTUFRJ, comunicou que a Associação tem mantido reuniões quinzenais com a reitoria para garantir a representação democrática da entidade. A ATTUFRJ também pressiona para que a administração da UFRJ responsabilize as empresas contratadas que cometerem abusos contra seus empregados.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

A tragédia grega

Aris Messinis/AFP - 20/12/2013



MANIFESTANTE ENFRENTA A POLÍCIA EM ATENAS. País dilacerado pela ambição capitalista

Maria Lucia Fattorelli descreve o inferno grego.

O desemprego atinge 60% dos homens jovens e 72% das mulheres jovens na Grécia. O PIB despencou em 22% nos últimos cinco anos.

A queda do orçamento no mesmo período alcança 40 bilhões de euros.

Serviços públicos foram fechados. Contrarreformas reduziram salários, pensões e aposentadorias.

A degradação social se aprofunda, com famílias vivendo do lixo. Para reduzir o número de suicídios, o Ministério da Saúde mantém um serviço de mensagens direcionadas a jovens e pais de famílias.

Na internet, o país está à venda: por meio de um site, são oferecidas ilhas, terras, empresas e trens.

Coordenadora do Movimento da Auditoria Cidadã da Dívida, Fattorelli foi convocada pelo governo grego do primeiro-ministro Aléxis Tsípras para participar da auditoria da dívida da Grécia.

O cenário descrito acima, ela diz, resulta do esquema montado pelo FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia (a Troika) para beneficiar a banca privada.

A auditoria descobriu que o acordo da dívida assinado em 2010 não beneficiava a Grécia. O dinheiro ia parar no sistema financeiro por meio de uma série de manobras irregulares, inclusive a criação de uma empresa pelo FMI em Luxemburgo, conhecido paraíso fiscal na Europa. Tudo ilegal.

Tudo isso com o aval de 17 países europeus sobre a liderança da Alemanha.

Segundo Maria Lucia, a Grécia é apenas o cenário para a acumulação do capital pelos bancos internacionais. Ela lembra que o PIB do país corresponde apenas a 2% do PIB da Europa. "Portanto, é mentiroso o discurso de que a Grécia quebrará a União Europeia", diz. "Estão destruindo um país, acabando com

a dignidade de um povo apenas para aumentarem suas taxas de lucro".

Ela relata que o resultado da auditoria foi entregue ao parlamento grego em junho último. Em julho, foi realizado o referendo no qual o povo grego disse não à assinatura de qualquer acordo proposto pela Troika.

Mas, aí, aconteceu o inesperado. Aléxis Tsípras recuou. Renunciou e, agora, foi reeleito com uma nova proposta.

Maria Lucia Fattorelli observa que a dívida pública grega guarda muitas semelhanças com o processo de endividamento público de outros países europeus e latino-americanos

"É o mesmo esquema; o mesmo *modus operandi*", ela diz.



Internet

O Equador, do presidente Rafael Correa (foto), fez auditoria de sua dívida em 2007. Maria Lucia Fattorelli participou do trabalho. Resultado: dívida reduzida em 70%. Os recursos foram investidos em saúde e educação. Foi recriado o sistema público de saúde e erradicado o analfabetismo.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



CAMPANHA SALARIAL 2015

Professores arrancam reunião com ministro da Educação

Após ocupação do gabinete de Janine Ribeiro, integrantes do Comando Nacional de Greve do Andes-SN conseguem marcação de audiência para 5 de outubro. Movimento também será recebido pelo MPOG nos próximos dias

Secretário do MEC esquiva-se das demandas docentes

Os professores federais conquistaram, em Brasília (DF), na base da pressão política, duas importantes reuniões sobre a pauta de reivindicações da greve nacional, que já dura quase quatro meses. Na manhã do dia 24, após manifestação em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a Secretaria de Relações de Trabalho da pasta prometeu audiência aos grevistas. Pela tarde, depois de uma ocupação do MEC pelos docentes, finalmente foi marcado um encontro entre os representantes da categoria e o ministro Janine Ribeiro para 5 de outubro.

No MPOG, mais cedo, houve a exigência de resposta à pauta de reivindicações apresentada no dia 18. Também foi cobrada a marcação de uma reunião previamente acordada com o ministério. Sem quaisquer respostas desde 31 de agosto, os docentes pressionaram o secretário Sérgio Mendonça, da SRT-MPOG, que aceitou um encontro nos próximos dias.

Em seguida, os manifestantes dirigiram-se ao Ministério da Educação (MEC). Um grupo de 16 docentes do Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN ocupou o gabinete do ministro Janine Ribeiro por volta das 13h para cobrar uma audiência – Janine é o primeiro ministro da Educação a não receber o Sindicato Nacional em



Enquanto um grupo ocupava o gabinete do ministro Janine Ribeiro, outros professores realizaram ato em frente ao MEC. Eles sofreram repressão por parte da polícia militar

décadas. Os demais manifestantes concentraram-se na porta do ministério, onde foram reprimidos pela Polícia Militar com gás de pimenta e cassetetes. O MEC enviou representantes para negociar a desocupação e se dispôs a realizar uma reunião, na mesma hora, entre os manifestantes e a Secretaria de Ensino Superior (Sesu-MEC).

Reunião com Sesu-MEC

Quem participou deste encontro no próprio dia da manifestação foi Jesualdo Farias, secretário da Sesu-MEC. Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, apresentou os novos elementos de negociação dos docentes federais em greve – protocolados no próprio MEC na semana anterior e já divulgados na edição anterior do **Jornal da Adufrj**. Os pontos são relacionados à defesa do caráter público da universidade; condições de trabalho; garantia de autonomia; reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos

e aposentados. Rizzo também questionou Jesualdo sobre como as universidades federais serão afetadas pelas novas medidas de ajuste apresentadas recentemente pelo governo federal, entre as quais a suspensão de concursos públicos e o fim do abono-permanência.

O secretário respondeu que não teria como se posicionar sobre os elementos de negociação que incorrem em questões financeiras, pois se trataria de atribuição do MPOG. Em relação aos concursos públicos, imagina que os concursos já aprovados serão realizados, mas isso ainda depende de reuniões com o ministro da Educação e com Luiz Cláudio Costa, secretário-executivo do MEC. Jesualdo disse que as medidas de ajuste e arrocho são gerais a todo o serviço público, mas não tem certeza de como elas afetarão as universidades.

Os representantes estudantis que participavam da reunião questionaram, então, o secre-

tário sobre os cortes orçamentários sofridos pela educação pública, enquanto o governo federal segue investindo dinheiro público em educação privada (o total gasto por ano pelo governo federal com o crédito estudantil disparou de 2010 (R\$ 1,1 bilhão) até o ano passado (R\$ 13,7 bilhões), por exemplo). Criticaram o fato de que muitos campi de universidades federais foram abertos sem quaisquer condições de permanência estudantil, e exigiram que só fossem abertos novos campi com moradia estudantil e restaurante universitário. Por fim, reivindicaram que o governo federal invista R\$ 3 bilhões no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Jesualdo respondeu que o MEC tem retido todos os pedidos de criação de novos campi que não apresentem o mínimo de estrutura para assistência estudantil, mas que as universidades podem, com sua autonomia, construí-los por outros

meios. Ressaltou ainda que o MEC tem trabalhado cotidianamente para conseguir recursos adicionais, mas, diante da crise econômica, seria impossível a reversão dos cortes.

Olgaíses Maués, 2ª vice-presidente da Regional Norte II do Andes-SN, cobrou a presença do ministro Janine Ribeiro nas negociações com os docentes federais, lembrando que ele é o único ministro da educação que nunca recebeu o Sindicato Nacional ou os docentes grevistas, e que seria uma sinalização importante de respeito à categoria caso ele aceitasse marcar uma reunião.

Ocupação do gabinete de Janine

Somente muito tempo depois, com intermediação de uma deputada federal, o secretário-executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa, se comprometeu a marcar uma reunião entre os docentes federais, estudantes e Janine Ribeiro para 5 de outubro.

Após quase cinco horas, os docentes desocuparam o gabinete do ministro. Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, afirmou que as manifestações foram vitoriosas, já que conseguiram fazer com que MPOG e MEC marcassem novas reuniões: “Não tínhamos resposta do MPOG desde 31 de agosto, e do MEC desde 3 de setembro. Queremos negociar, e, inclusive, apresentamos novos elementos para negociação. Mas foi apenas com muita mobilização que conquistamos essas duas reuniões”, disse. **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**

GREVE DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Aprovada realização das matrículas do Sisu

Próxima assembleia do segmento acontece neste dia 29

Por decisão da assembleia da categoria realizada em 23 de setembro, o Comando Local de Greve (CLG) do Sintufrj reuniu-se no dia seguinte e deliberou pela realização das matrículas

presenciais dos estudantes aprovados pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para a UFRJ.

O CLG/Sintufrj receberá os calouros da UFRJ com panfletagem para informar aos jovens as razões da greve e da suspensão das matrículas do Sisu por tanto tempo. “É justo que nossos futuros alunos saibam da nossa luta em defesa da instituição. Não podemos permitir que o governo reduza drastica-

mente as verbas para o ensino, a pesquisa e a extensão, impondo aos que sonharam e se esforçaram para entrar numa universidade federal uma formação superior medíocre”, diz outro trecho, no site do sindicato.

Saída unificada do movimento

A assembleia do dia 23 deliberou pela continuidade da gre-

ve até que o Comando Nacional de Greve (CNG)/Fasubra indique uma data para a saída unificada do movimento.

Depois de mais de quatro horas de discussão, os técnicos-administrativos em educação da UFRJ deliberaram na assembleia aceitar a proposta de acordo do governo, que prevê reajuste de 10,8% divididos em dois anos: 5,5% em agosto de 2016 e 5% em 2017;

elevação do step para 0,1% em 2017; reajustes dos benefícios em janeiro de 2016 – 22% para o auxílio-alimentação e auxílio-saúde e 300% para o auxílio pré-escolar –, além de alguns avanços na pauta específica da Fasubra.

A próxima assembleia da categoria ocorre dia 29, no auditório Quinhentão (CCS), às 10h. **(Fonte: Sintufrj. Edição: Adufrj-SSind)**